

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/CA.****Secretaria****ATA Nº 6/2021**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às nove horas, em sessão remota conduzida pelo Magnífico Reitor Professor Miguel Sanches Neto, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Administração - CA, com a presença do Senhor Vice-Reitor Professor Everson Augusto Krum e dos Conselheiros Adilson Luiz Chinelatto (suplente), Alexandre Almeida Rocha, Andrea Tedesco, Antonio José Camargo (suplente), Carlos Willians Jaques Morais, Dirceia Moreira (suplente), Édina Schimanski, Emerson Martins Hilgemberg, Eunice Silva de Novais, Fabiana Postiglione Mansani, Gilmar Batista Mazurek, Giovanni Marino Favero, Guilherme Rafael Portela, Ione da Silva Jovino, Ivo Mottin Demiate, Júlio César Miné (suplente), Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Maria Salete Marcon Gomes Vaz, Robson Laverdi, Silvana Oliveira, Telma Passos, Valquiria Nanuncio Chochel e Vanderlei Schneider de Lima; contando ainda com a presença dos servidores Eduardo Pereira, Guilherme Amaral Alves, Luciane Pereira da Silva Navarro, Luiz Gustavo Barros e Marcos Vinicius Fidelis para apreciarem a seguinte ordem do dia: **1** - Ciência e aprovação da Ata número 4/2021 referente à reunião realizada no dia 10.05.2021 que poderá ser assinada oportunamente na SEGECON; **2** - Processo nº **21.000004927-1**. Interessada: Maria Antonia de Souza. Assunto: Ciência do Relatório de Atividades desenvolvidas durante Licença Sabática junto às Universidades Estadual do Sudoeste da Bahia e Federal do Pará. Relatora: Conselheira Silvana Oliveira; **3** - Processo nº **21.000007465-9**. Interessada: Diretoria de Provimento e Concurso - DPC/PRORH. Assunto: a) Homologação da Portaria R. 2021.156 que aprovou *ad referendum* a abertura de Processo Seletivo Simplificado para Professor Colaborador; b) Homologação da

26 Portaria R. 2021.384 que homologou *ad referendum* o Edital de Resultado Final Geral do
27 Processo Seletivo Simplificado para Professor Colaborador. Relator: Conselheiro Gilmar
28 Batista Mazurek; **4** - Processo nº **20.000002031-4**. Interessado: Fundo Nacional de
29 Desenvolvimento da Educação - FNDE. Assunto: Homologação da assinatura do
30 Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº894185/2019 celebrado entre o Fundo Nacional
31 de Desenvolvimento da Educação e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando
32 prorrogação do prazo de vigência até 07 de julho de 2022. Relator: Conselheiro Ivo Mottin
33 Demiate; **5** - Processo nº **21.000024766-9**. Interessado: Núcleo de Tecnologia de
34 Informação - NTI. Assunto: Proposta de novo Regimento Interno do Núcleo de Tecnologia
35 de Informação da UEPG. Relatora: Conselheira Andrea Tedesco; **6** - Processo nº
36 **21.000026041-0**. Interessada: Biblioteca Central “Professor Faris Michaelae” - BICEN.
37 Assunto: Aprovação do Relatório Anual de Atividades, relativo ao ano de 2020. Relatora:
38 Conselheira Eunice Silva Novais; **7** - Processo nº **19.000008401-0**. Interessado:
39 Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas. Assunto: Aprovação da assinatura do
40 Convênio a ser celebrado entre a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional,
41 Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Universidade
42 Estadual de Ponta Grossa, visando a máxima eficiência das atividades de prestação de
43 serviços do Laboratório Universitário de Análises Clínicas; sob coordenação do Conselho
44 Curador do Laboratório. Relatora: Conselheira Fabiana Postiglione Mansani; **8** - Processo
45 nº **21.000016095-4**. Interessada: Marcela Teixeira Godoy. Assunto: Aprovação do
46 Relatório Final das Atividades desenvolvidas durante afastamento para cursar Estágio de
47 Pós-Doutorado, junto à Universidade Estadual de Londrina. Relatora: Conselheira
48 Fabiana Postiglione Mansani; **9** - Processo nº **20.000035334-8**. Interessado: Programa
49 de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática. Assunto: Aprovação
50 da assinatura do Acordo de Cooperação a ser celebrado entre a Universidade Federal do

51 Pampa e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando o desenvolvimento e o mútuo
52 assessoramento na realização de pesquisa, ensino e extensão nas áreas científica, cultural
53 e tecnológica, compartilhando recursos humanos com especial intenção no
54 credenciamento do Professor João Carlos Pereira de Moraes para atuar como docente
55 permanente em atividade de ensino, orientação e pesquisa no Programa de Pós-
56 Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da UEPG; sob coordenação
57 da professora Luciane Grossi. Relator: Conselheiro: Giovani Marino Favero; **10** - Processo
58 nº **21.0000015480-6**. Interessada: Coordenadoria de Desportos e Recreação - CDR.
59 Assunto: Aprovação da parte administrativo-financeira do Curso de Especialização em
60 Exercício Físico na promoção da Saúde e Pós-Reabilitação Hospitalar. Relator: Conselheiro:
61 Giovani Marino Favero; **11** - Processo nº **21.0000015553-5**. Interessada: Pró-Reitoria de
62 Assuntos Estudantis - PRAE. Assunto: Concessão de 15 bolsas para tutoria discente no ano
63 letivo de 2021, no valor de R\$ 400,00 cada. Relatora: Conselheira Ione da Silva Jovino; **12**
64 - Processo nº **21.0000011147-3**. Interessada: Agência de Inovação e Propriedade
65 Intelectual - AGIPI. Assunto: Pedido de Patente nº 03/2021, quanto ao interesse
66 institucional na proteção dos direitos da propriedade industrial e respectiva participação
67 relativa na titularidade do invento “Processo alternativo para a síntese de um material
68 adsorvente (biocarvão)”. Relator: Conselheiro Ivo Mottin Demiate; **13** - Processo nº
69 **21.0000018917-0**. Interessada: Fazenda Escola “Capão da Onça” - FESCON. Assunto:
70 Aprovação da assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre a
71 empresa Syngenta Proteção de Cultivos Ltda., a Universidade Estadual de Ponta Grossa
72 e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da
73 Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando depósito anual para concessão de bolsas
74 de estágio. Relator: Conselheiro Ivo Mottin Demiate; **14** - Processo nº **21.0000024635-2**.
75 Interessada: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e

76 Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa - FAUEPG. Assunto: Aprovação
77 da transferência para o patrimônio de bens adquiridos pela Fundação, alocados no
78 Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais. Relator: Conselheiro Ivo Mottin
79 Demiate; **15** - Processo nº **20.000010276-0**. Interessada: Lidia Dalgallo. Assunto:
80 Afastamento integral das respectivas atividades para cursar Doutorado junto ao
81 Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia da Universidade
82 Tecnológica Federal do Paraná - *Campus* Ponta Grossa, no período de 22 de junho de
83 2021 a 21 de junho de 2022. Relatora: Conselheira Fabiana Postiglione Mansani; **16** -
84 Processo nº **21.000010955-0**. Interessado: Elias Pereira. Assunto: Inclusão no regime de
85 Tempo Integral e Dedicção Exclusiva por desenvolvimento de projeto de pesquisa.
86 Relatora: Conselheira Maria Salete Marcon Gomes Vaz. Constatada a existência de
87 quórum regimental, a Presidência da mesa cumprimentando a todos os presentes deu
88 início a reunião, colocando em aprovação a Ata sob número 4/2021 referente à reunião
89 realizada no dia dez de maio de dois mil e vinte e um, que não havendo óbice teve
90 aprovação unânime; procedeu a chamada dos Processos inseridos na pauta respectiva
91 para pronunciamentos de destaque, mencionando que no caso dos processos de
92 solicitação de inclusão no regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE haveria
93 a aprovação do mérito, porém sem a implantação de vantagens financeiras, pronunciou-
94 se a Conselheira Silvana Oliveira, solicitando destaque ao item 16; os demais processos
95 foram aprovados por unanimidade. Não havendo inclusão de matéria, retomou a pauta
96 de destaque passando a palavra à Conselheira Silvana Oliveira que esclareceu sobre seu
97 pedido de destaque que não teria relação direta com o processo da pauta, mas sim com
98 o problema que se está enfrentando em relação à implantação de TIDE, lembrando que
99 nesse caso a Universidade estaria submetida de alguma forma ao decreto Governamental
100 que impediria a implantação do mesmo; porém, solicitou a reflexão por parte dos
101 Conselheiros, quanto às solicitações de progressões, implantação de quinquênios e previsão

102 de pagamento de licenças não gozadas em que a UEPG sempre responderia os processos
103 com a informação de que não haveria previsão orçamentária; ressaltou porém, que em
104 algumas circunstâncias seria possível solicitar complementação orçamentária,
105 enfatizando que os despachos corroborariam uma posição política de perseguição, de
106 desqualificação e de falta de reconhecimento do servidor público; finalizando manifestou
107 que em sua perspectiva, a UEPG não poderia tornar isso um fato naturalizado. O
108 Conselheiro Robson Laverdi ratificou o posicionamento da Conselheira Silvana Oliveira,
109 expondo a compreensão das ações da administração da Universidade em relação ao
110 tema, tendo em vista a realidade ameaçadora e sem perspectivas desde o ano de dois
111 mil e vinte, lembrando que a Universidade viria dando respostas contundentes,
112 prosseguindo com seu funcionamento de forma muito eficiente e uma contribuição social
113 relevante; ressaltou que o tema levantado pela Conselheira Silvana Oliveira requer uma
114 retomada de negociação com o Governo do Estado para se buscar solução a esse impasse,
115 para que a Universidade continue cumprindo o seu papel, enfatizando que a
116 Universidade estaria trabalhando normalmente, com as aulas acontecendo, os projetos
117 de extensão e de pesquisa funcionando assim como os Programas de Pós-Graduação e
118 que recentemente houve a formatura de cerca de oitocentos (800) alunos. O Presidente
119 mencionou que as preocupações dos Conselheiros seriam as mesmas da administração,
120 informando que estariam insistentemente tratando do assunto do TIDE, mas que haveria
121 limitações de ações no processo político geral, destacando que o fato do Conselho aprovar
122 o TIDE seria inclusive para garantir o número de professores nesse regime. O Conselheiro
123 Robson Laverdi sugeriu que o assunto fosse levado à Associação Paranaense das
124 Instituições de Ensino Superior Público - APIESP, a fim de dar mais força a esse tipo de
125 discussão no âmbito também das outras Instituições. O Presidente ratificou que seria
126 pertinente encaminhar a matéria como uma proposta desse Conselho à APIESP em sua
127 próxima reunião, informou que valeria a tentativa de pedir a suplementação na folha de

128 pagamento deste ano, dos valores das vantagens não implantadas, assim como colocá-
129 las na previsão da Lei Orçamentária Anual - LOA do próximo ano. A Conselheira Silvana
130 Oliveira ressaltou a importância que a Universidade faça uma solicitação clara, com um
131 posicionamento muito claro de que entende que esse direito precisa ser garantido;
132 mencionou ainda a respeito das progressões e ascensões de nível, que deveriam ser
133 emitidas as Portarias, a fim de que os professores tenham um documento oficial interno
134 que lhes garanta a solicitação desse direito caso isso venha a ser judicializado futuramente;
135 ressaltou que a aprovação no Conselho de Administração seria importante, mas seria
136 necessária a emissão das Portarias indicando o direito garantido por decisão dos Conselhos.
137 O Conselheiro Alexandre Almeida Rocha reiterou a manifestação quanto a necessidade
138 da emissão de Portarias, resguardando futuramente a Universidade de eventual
139 responsabilidade de pagamento à título de remuneração ou até eventualmente em
140 caráter indenizatório; ressaltou que a preocupação seria em haver um documento que
141 registre exatamente a partir de que momento seria a ascensão de nível, ainda que não
142 tenha os efeitos financeiros imediatos, para que em algum momento tenha como
143 demonstrar que houve o reconhecimento do direito já adquirido na legislação vigente. O
144 Presidente se comprometeu em averiguar junto as outras Instituições de como estariam
145 procedendo em relação à emissão desses atos e que se buscaria o melhor instrumento
146 tentando padronizá-lo para que no futuro não existam documentos conflitantes entre
147 Universidades, bem como não criar problemas futuros aos professores que utilizarão esses
148 documentos. O Conselheiro Robson Laverdi, sugeriu ainda que seria oportuno, o grupo
149 das Universidades do Paraná, iniciar uma campanha conjunta de valorização do sistema
150 universitário paranaense, acionando um fórum dessas universidades e pensando também
151 em uma bancada na Assembleia Legislativa que de alguma forma esteja mais atenta
152 aos interesses do ensino superior, levando da mesma forma o assunto à APIESP. O
153 Presidente informou que já havia início de uma articulação para reativar a bancada

154 federal, com a participação de grandes líderes nacionais em defesa das universidades
155 estaduais, através da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e
156 Municipais - ABRUEM, e que seria necessário tentar criar uma bancada estadual via
157 APIESP, ressaltando que essa seria a Instituição mais organizada em termos de ensino
158 superior no Paraná, podendo ampliar seu leque de atuação. Em seguida o Conselheiro
159 Ivo Mottin Demiate explicou que infelizmente a chegada de processos com solicitação de
160 ascensão, TIDE e ascensão por cursos de capacitação de servidores estariam afetos ao
161 cumprimento da legislação justificada pela pandemia; manifestou reconhecimento as
162 considerações feitas pelos Conselheiros quanto à questão do comprometimento da
163 APIESP unindo esforços para tratar dos assuntos que envolvem folha de pagamento e a
164 situação pandêmica; expôs que nas resoluções que estariam sendo emitidas constariam os
165 períodos e que de alguma forma havia o amparo de uma legislação que seria bem clara
166 e estabeleceria uma dificuldade momentânea; finalizando mencionou a necessidade de
167 se incluir na LOA vindoura todas as ascensões e progressões que não tiveram seus
168 pagamentos efetuados. Retomando a palavra, o Presidente colocou em votação o item
169 16 que não havendo manifestação foi aprovado por unanimidade. Esgotada a pauta
170 regulamentar, a Presidência deixou livre a palavra para quem dela quisesse fazer uso,
171 com inscrições de fala aos Conselheiros. Primeira a manifestar-se a Conselheira Maria
172 Salete Marcon Gomes Vaz expôs que em reunião setorial houve diversos relatos de chefias
173 departamentais a respeito de que haveria inconsistências nos Mapas de Distribuição de
174 Aulas e de Atividades; lembrou que o assunto já foi objeto de discussão entre os Diretores
175 de Setor e a Pró-Reitoria de Recursos Humanos - PRORH, ressaltando que na Política
176 Docente o mapa deveria conter todas as atividades realizadas pelo docente, mas que, em
177 alguns momentos esses não refletiriam a realidade e que se utilizaria o mapa da política
178 docente, onde constariam todas as disciplinas da graduação, da pós-graduação,
179 orientação de trabalho de conclusão de curso - TCC, as atividades administrativas,

180 devendo ainda ser incluído o Currículo *Lattes* e outras atividades; colocou o Setor de
181 Engenharias, Ciências Agrárias e de Tecnologia - SECATE à disposição para discutir
182 novamente o Mapa de Distribuição de Aulas e de Atividades. O Presidente sugeriu, tendo
183 em vista ser essa uma questão técnica, marcar reunião com a PRORH, Núcleo de
184 Tecnologia da Informação - NTI e Diretores de Setor para uma discussão mais
185 aprofundada e com elementos mais precisos, ressaltando a necessidade da correção do
186 sistema, protegendo assim a Instituição. O Conselheiro Antonio José Camargo aparte
187 observou a importância da uniformização de nomenclaturas nos mapas. Próximo a fazer
188 uso da palavra, o Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha analisou que a discussão
189 do Mapa não seria somente uma questão técnica, mas também administrativa, no
190 sentido de prioridades, e como a situação atual seria de excepcionalidade, não via a
191 questão como urgente nesse momento; destacou que haveria uma série de situações
192 excepcionais que deveriam ser consideradas nas questões relativas à Política Docente e os
193 Mapas de Distribuição de Aulas e de Atividades, mas para isso, decisões administrativas
194 deveriam ser tomadas dentro do Conselho. Em seguida, o Conselheiro Robson Laverdi
195 solicitou fazer esclarecimento a respeito do Mapa, lembrando que esse foi pensado na
196 gestão anterior, quando era também Representante Docente; explicou que na época em
197 que o mapa de acompanhamento das atividades docentes, foi proposto, havia uma
198 avalanche de notícias no Estado declarando a omissão das Universidades e com
199 informações de salários altíssimos, dessa forma, na época foi apresentada uma proposta,
200 com o objetivo de demonstrar à sociedade o que era feito, sendo essa aprovada por
201 unanimidade pelo CA e ratificada pelo Conselho Universitário - COU, ressaltou, porém,
202 que a proposição inicial seria para abertura de um debate sobre maneiras da
203 Universidade explicitar o que fazia e não criar um sistema de controle interno de opressão.
204 O Presidente agradeceu as sugestões para uma posterior discussão para correção dos
205 Mapas, reafirmando que a função desses deve ser de proteger tanto os professores como

206 a Instituição. O Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha lembrou que, a respeito de
207 se ter dois registros de informações, sem a possibilidade de conciliá-los, acabariam gerando
208 uma informação contrária ao próprio professor, que a ideia seria de um mapa que
209 retratasse as atividades do professor, inclusive para que se possa planejar outras ações
210 dentro da Instituição; sugeriu ainda colocar um aviso nos locais onde são divulgadas as
211 informações, alertando que estariam sendo reestruturadas, justificando com a situação de
212 flexibilização e pela situação excepcional da pandemia. A Conselheira Maria Salete
213 Marcon Gomes Vaz complementou que seria importante que as discussões sobre a
214 questão dos Mapas de Distribuição de Aulas e de Atividades iniciassem o quanto antes e
215 que inclusive deveriam refletir também as atividades realizadas durante a pandemia; em
216 seguida questionou se haveria uma previsão de reunião do Conselho para discutir o
217 retorno das atividades, tendo em vista o processo de vacinação e que uma grande
218 maioria da Universidade já estaria vacinada. O Senhor Presidente relatou que a APIESP
219 trabalhou em conjunto com o Secretário Estadual de Saúde Carlos Alberto Gebrim Preto
220 para garantir que o Plano Nacional de Vacinação fosse seguido, assim em reunião no
221 último dia sete, conseguiram que fossem destinados cerca de sessenta mil (60.000) doses
222 de vacinas, divididas em três (3) lotes de vinte mil (20.000) para os trabalhadores do
223 Ensino Superior do Estado, destacando que nenhum representante das Universidades e
224 Faculdades Particulares esteve presente na reunião; explicou ainda, que a distribuição de
225 vacinas é realizada pelo Governo Federal, Secretaria de Estado da Saúde - SESA, e
226 Fundação Municipal de Saúde; expôs ainda, que houve críticas por conta de alguns
227 servidores terem tomado a vacina de marca Pfizer e outros a vacina da marca
228 AstraZeneca, esclarecendo que era um lote que estava na vez da distribuição, dessa forma
229 a Universidade tinha direito à um percentual desse lote, que não houve escolha de
230 nenhuma parte e que foram vacinados os servidores com idade entre trinta e oito (38) e
231 cinquenta e três (53) anos; mencionou que os alunos da área de saúde estariam quase

232 todos vacinados e que ainda não havia a disponibilização das vacinas para os bolsistas,
233 lembrando que apenas os bolsistas de Pós-Doutorado foram vacinados por se
234 enquadrarem como profissionais; explanou que o COU deliberou que as aulas teóricas
235 ficarão na modalidade remota até o final do ano letivo de dois mil e vinte e um; quanto
236 às aulas práticas não cumpridas até o momento, talvez deva ser deliberado numa
237 próxima reunião, ressaltando que os alunos deveriam estar vacinados para assistir as aulas
238 práticas, uma vez que professores e agentes universitários já estariam vacinados. O
239 Conselheiro Antonio José Camargo mencionou que acadêmicos de Mestrado, Doutorado
240 e de Iniciação Científica, que realizam atividades práticas nos laboratórios, trabalhando
241 com professores e agentes, não estariam vacinados ainda e que de certa forma, eles seriam
242 um vínculo da doença com a Universidade; destacou também a importância em se ter
243 escalas nos laboratórios, a fim de evitar aglomerações, uma vez que são utilizados por
244 muitos professores e acadêmicos. O Presidente informou que já haviam sido solicitadas
245 trezentas e cinquenta e nove (359) doses de vacinas para os bolsistas de Mestrado e
246 Doutorado, bem como cento e quarenta e quatro (144) para os bolsistas de Iniciação
247 Científica, de Extensão e de Monitoria e mais oitenta e três (83) vacinas para bolsistas do
248 Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância - NUTEAD, com previsão para o
249 próximo lote de vacina; que para os alunos de aulas práticas, haveria a necessidade da
250 colaboração dos Diretores de Setor, a fim de saber o montante de alunos para pleitear as
251 vacinas; ressaltou que, fora recomendado aos professores o estabelecimento de escala nos
252 laboratórios e que todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs fossem utilizados.
253 Em seguida o Conselheiro Giovani Marino Favero ressaltou que haveria um grande zelo
254 em relação às atividades nos laboratórios que estariam funcionando normalmente, com
255 a maioria das pesquisas experimentais sendo realizadas desde o ano passado; que havia
256 um acompanhamento para evitar aglomerações ou outras situações que pudessem
257 prejudicar as atividades nos laboratórios; mencionou que se observou que de maneira

258 geral os pós-graduandos teriam muita noção de tratar-se de um vírus perigoso e estariam
259 organizados de forma a continuar com suas pesquisas de maneira segura; agradeceu a
260 Reitora, tendo em vista a burocracia, pelo empenho em conseguir as vacinas para quatro
261 bolsistas do Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior - PDSE que teriam
262 compromissos com instituições fora do país. O Conselheiro Ivo Mottin Demiate explanou
263 que no Programa de Pós-Graduação no qual atua, foi criado um sistema no Google
264 Documentos e numa das ferramentas realiza-se um agendamento, onde há um limite de
265 ocupação máxima por espaço e que esse sistema estaria funcionando muito bem, com os
266 alunos de Pós-Graduação e Iniciação Científica, ressaltando que seriam poucos alunos e
267 que esses participavam de forma alternada. O Conselheiro Carlos Willians Jaques Moraes
268 informou que houve também um esforço em buscar contemplar a vacinação dos
269 estagiários das licenciaturas que se encontram em atividade na Educação Básica. Em
270 seguida o Conselheiro Gilmar Batista Mazurek salientou quanto aos processos de
271 progressões expondo que as tramitações ocorriam procurando garantir os direitos; quanto
272 à viabilidade da Portaria, comprometeu-se em verificar a juridicidade da emissão dessas,
273 ou se apenas as medidas tomadas já garantiriam essa ação; quanto à questão do Mapa
274 de Distribuição de Aulas e de Atividades, ponderou ser conveniente o estudo e elaboração,
275 com a colaboração do máximo de pessoas possíveis, inclusive solicitou àqueles que
276 pudessem acessar o quanto antes o sistema e validar as aulas e informá-las nos mapas;
277 mencionou ainda que as atividades fixas poderiam ser informadas não havendo
278 problema algum e que haveria a necessidade de um estudo de como representar as
279 atividades que seriam flexíveis; ponderou que, se conseguindo fazer esse Mapa de Aula
280 funcionar numa situação de excepcionalidade, com certeza deve funcionar muito melhor
281 numa situação normal; analisou que não seriam oportunas modificações de longo prazo
282 nesse momento na política docente, argumentando se tratar de uma situação excepcional;
283 com relação as vacinas, informou que a PRORH está buscando agregar informações sobre

284 bolsistas, sobre integrantes da Iniciação Científica e sobre terceiros, a fim de ampliar o
285 registro de informações. O Presidente retomando a palavra destacou e agradeceu o
286 empenho do Conselheiro Gilmar Batista Mazurek, num levantamento emergencial de
287 categorias que não estavam cadastradas na PRORH para encaminhar à SESA a fim de
288 garantir as doses de vacinas para esses também, lembrando que essas informações não
289 estão centralizadas em uma única Pró-Reitoria. Na sequência a Conselheira Fabiana
290 Postiglione Mansani quanto ao preenchimento dos mapas, conforme solicitado pelo
291 Conselheiro Gilmar Batista Mazurek, informou que haveria uma dificuldade recorrente
292 no sistema no lançamento das disciplinas, uma vez que os dados estariam ficando
293 duplicados e que o NTI não estaria conseguindo fazer esse ajuste por conta da mudança
294 do perfil do calendário. O Senhor Presidente reforçou a necessidade urgente de
295 primeiramente uma reunião da PRORH com o NTI a fim de verificar os gargalos e em
296 seguida uma reunião com os Diretores de Setor para um posicionamento a respeito. O
297 Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha enfatizou a necessidade de colocar um aviso
298 de “site em manutenção” nos locais de consulta pela comunidade, tendo em vista as
299 informações estarem desatualizadas; ressaltou que para utilização de informações
300 internas poderia se considerar a flexibilização e as discussões a respeito do assunto
301 demandariam muito tempo, não havendo uma solução em curto prazo, uma vez que as
302 Pró-Reitorias estariam sobrecarregadas com situações inadiáveis, dificultando designar
303 servidores para realizar essa tarefa de imediato. O Senhor Presidente solicitou ao
304 Conselheiro Gilmar Batista Mazurek considerar as sugestões do Conselheiro Luiz Alexandre
305 Gonçalves Cunha; finalizando procedeu a leitura do texto a ser encaminhado à APIESP
306 para iniciar as discussões: “Prezados colegas. Na reunião do Conselho de Administração
307 da UEPG de hoje foram feitas algumas propostas extremamente importantes que
308 encaminho para o nosso debate para o nosso posicionamento: 1 - Solicitar uma posição
309 pública da APIESP para que sejam previstas na suplementação da LOA 2021 e na

310 previsão da LOA 2022 os valores de ascensões e progressões de carreiras; 2 - Padronizar
311 os Atos de ascensões entre as IES, como Portarias dos Conselhos; 3 - Reativar a bancada
312 dos Deputados Estaduais em defesa das IES". Não havendo nada mais a tratar, às dez
313 horas e cinquenta e um minutos, a Presidência agradeceu a presença de todos e declarou
314 encerrada esta reunião, da qual, eu, Ilse Renate Lauer Sanson, Secretária dos Conselhos
315 Superiores, lavrei a presente ATA, que depois de aprovada será assinada pelos presentes.
316 Ponta Grossa, vinte e oito de junho de dois mil e vinte e um.

317 **ATA Nº 6/2021**

318 Miguel Sanches Neto _____

319 Everson Augusto Krum _____

320 Alexandre Almeida Rocha _____

321 Andrea Tedesco _____

322 Carlos Willians Jaques Morais _____

323 Édina Schimanski _____

324 Emerson Martins Hilgemberg _____

325 Eunice Silva de Novais _____

326 Fabiana Postiglione Mansani _____

327 Gilmar Batista Mazurek _____

328 Giovani Marino Favero _____

329 Guilherme Rafael Portela _____

- 330 Ione da Silva Jovino _____
- 331 Ivo Mottin Demiate _____
- 332 Luiz Alexandre Gonçalves Cunha _____
- 333 Maria Salete Marcon Gomes Vaz _____
- 334 Robson Laverdi _____
- 335 Silvana Oliveira _____
- 336 Telma Passos _____
- 337 Valquiria Nanuncio Chochel _____
- 338 Vanderlei Schneider de Lima _____
- 339 **Presentes:**
- 340 Eduardo Pereira _____
- 341 Guilherme Amaral Alves _____
- 342 Luciane Pereira da Silva Navarro _____
- 343 Luiz Gustavo Barros _____
- 344 Marcos Vinicius Fidelis _____
- 345 Ilse Renate Lauer Sanson - Secretária _____